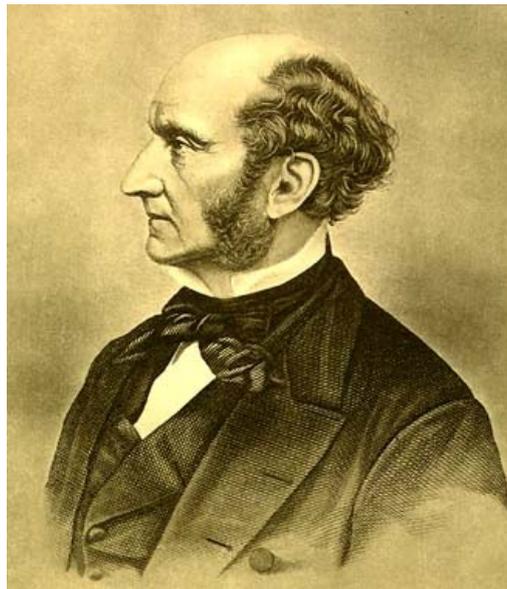


Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo



João da Rocha Rodrigues
Universidade do Minho
ORCID ID: 0000-0002-6864-4174

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

Quando Sócrates termina a sua exposição aos outros convivas sobre o que é a justiça, no fim do Livro I de *A República*, a questão parece resolvida pela definição que ele sugere. Os irmãos de Platão, todavia, revelam a sua insatisfação e pedem-lhe que os persuada a serem justos, independentemente dos castigos e recompensas.¹ É o problema da "motivação" do agir moral, que Kant, dois milénios depois, continua a procurar resolver.

Um dos problemas éticos que continua a atormentar os filósofos através do tempo é o que nos leva a agir moralmente, quer dizer, com nobreza, generosidade ou compaixão—por oposição a cálculo, mesquinhez ou crueldade. O exame da questão mostra que tudo depende do que considerarmos que conta como uma "razão" para agir e, hoje ainda, pressentimos que a educação tem um papel importante na formação da motivação.

Mas tal questão parece continuar a escapar-nos. O debate ético, em especial na filosofia analítica contemporânea, desde o início do século XX, tem estado centrado no problema da articulação da linguagem moral. Opõe-se nomeadamente uma linguagem impessoal—o chamado "ponto de vista do Universo"²—ao ponto de vista do sujeito—na "primeira pessoa". Debate-se, obviamente, também o que se deve fazer, mas a reflexão filosófica sobre o que nos leva a agir moralmente é muito mais escassa e a resposta de Kant ao que conta como uma razão para agir parece demasiado dura, quase estoica: o puro sentido do dever.

Todavia a resposta a esta questão é absolutamente fundamental, sob pena de a dedução de princípios morais ser pouco mais que um exercício intelectual para filósofos ou um instrumento retórico para políticos. O problema da motivação moral é, pois, inerente a todas as doutrinas éticas. O princípio ético mais popular entre economistas e

¹ Ver esta interpretação em Colen, 2020, e Zuckert, 2009. Sobre Kant a literatura é infindável, mas veja-se a entrada na *Enciclopédia de Filosofia* de Stanford de Cureton, 2004.

² A dicotomia foi primeiro formulada claramente por Sidgwick, 1874, mas a melhor apresentação do problema é de Nagel, 1979.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

decisores políticos foi sempre o utilitarismo—a que, desde o famoso ensaio de Elisabeth Anscombe, se chama também muitas vezes consequencialismo.

Apesar de uma nova vaga de filósofos utilitários—entre os quais se conta Peter Singer e Derek Parfit — diferir um pouco da sua versão oitocentista, todos concorrem na ideia de que o que confere valor à acção não é o seu objecto, mas apenas os seus efeitos. Esta é a essência do "Princípio da Utilidade". Este afirma que uma acção é moral se promover a felicidade geral, imoral caso contrário.³ Por felicidade, entendem os utilitários a presença de prazer ou a ausência de sofrimento. O comportamento totalmente desinteressado ou "altruísta" parece excluído pelo princípio da "utilidade": calculemos!

O que aqui se tentará fazer é discutir o modo como este princípio pode, ou não, influenciar a conduta humana. Pois, tal como se disse, sem explicar *como* e *porque* a "utilidade" motiva a agir, não é senão especulação vã. Seguiremos de perto a mais importante defesa do princípio, que se encontra na obra *Utilitarismo (Utilitarianism)* de John Stuart Mill, publicada em 1863.

Mill via o seu próprio papel como o de um educador, com a responsabilidade de defender os princípios filosóficos (e, por extensão, políticos) apropriados para a organização da sociedade moderna⁴. De maneira semelhante, entre os mais conhecidos utilitários contemporâneos, Peter Singer também sublinha que os proponentes da moralidade utilitária estão caracteristicamente empenhados em obter mudanças práticas, sem se confinarem exclusivamente ao mundo da teoria⁵. Apesar desta forte inclinação prática, constata-se na literatura utilitarista uma conspícua falta de atenção à maneira como o princípio da utilidade supostamente motiva os sujeitos a agir em conformidade com o princípio.⁶ Esta ausência é notória na recente introdução à doutrina utilitarista escrita por Singer e Lazari-Radek. Pouco se tem escrito também sobre a proposta utilitária sobre a educação, mas o ensaio de Gutman sobre o assunto também não aborda senão

³ Mill, 1861, p. 210. Esta é a edição a ser citada ao longo deste *paper*.

⁴ Rawls, 2007, p. 252.

⁵ Lazari-Radek e Singer, 2017, p. xviii.

⁶ Veja-se a definição de Mill nos seus *Essays on Ethics, Religion and Society*: "Utility, or the Greatest Happiness Principle, holds that actions are right in proportion as they tend to promote happiness, wrong as they tend to produce the reverse of happiness. By happiness is intended pleasure, and the absence of pain; by unhappiness, pain, and the privation of pleasure." (p. 252)

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

superficialmente a questão.⁷ O que é tanto mais surpreendente quanto o problema que se tornou conhecido como “*akrasia*” ou fraqueza do desejo (*buletai*) é tão antigo como a própria filosofia. Uma pessoa pode reconhecer um certo princípio moral como reto, mas mesmo assim não agir em concordância com esse princípio, seja pela fraqueza da vontade, ou mesmo por vontade deliberada em sentido contrário.

Porque tem hoje o utilitarismo uma segunda vida, depois de parecer votado ao esquecimento no fim do século XIX? O utilitarismo, oitocentista ou actual, é, com efeito, problemático e frequentemente criticado de uma variedade de perspectivas diferentes. Do lado da ética das virtudes, Alasdair MacIntyre defende que os objectos do desejo humano são “irreduzivelmente heterogêneos”⁸ e que, por isso, o apelo a uma noção abstracta de felicidade como a única coisa que é desejável em si mesma não é mais que o apelo a uma ficção moral.

De uma perspectiva deontológica, Kant e os neokantianos actuais, defendem que qualquer princípio ou lei moral deve ser racionalmente necessária e somos obrigados a deduzir as leis, máximas e princípios morais independentemente do exame de factos empíricos⁹. Neste texto vamos tentar operar dentro do próprio universo utilitarista e avaliar a sua consistência interna.

Partindo da obra emblemática de Stuart Mill, vamos considerar sucessivamente o problema da sanção moral—quer externa quer interna ao sujeito—da formação do sentido de dever e do desenvolvimento da consciência moral, para concluir com uma apreciação crítica do contributo de Mill que ajude a compreender o seu “regresso” actual ao panorama filosófico.

Sanções Externas e Internas

Porque se prefere neste texto abordar a questão a partir da obra de Mill, e não dos seus predecessores ou herdeiros? Por um lado, este pensador é mais subtil que os seus mestres Jeremy Bentham ou James Mill—pode mesmo dizer-se que foi a defesa de Mill

⁷ Gutman “What’s the use of going to school?” In: Sen and Williams, 1982.

⁸ MacIntyre, 1981, p. 70.

⁹ Kant, 1785, 4: pp. 389.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

que salvou o utilitarismo do descrédito, dada a psicologia um pouco crua dos seus predecessores.¹⁰ Por outro, lado os utilitários mais recentes pouco inovam no que toca à questão que interessa aqui abordar: a das "razões" ou força motora da acção.

Mill, por contraposição, introduziu um conceito fundamental na teoria utilitária. Não é exagero dizer que a sua grande inovação em matéria de doutrina ética é a ideia de que existe em cada homem uma forma de "sanção interna". O terceiro capítulo do *Utilitarismo* intitula-se precisamente "Da Sanção Última do Princípio da Utilidade" e começa por se perguntar pelos "motivos" que levam a aderir a certo princípio moral e, em concreto "qual é a fonte da sua obrigatoriedade? De onde deriva a força que a este vincula?".¹¹ Esta formulação dá a entender que o problema por detrás das perguntas é o mesmo fundamental problema, ou até que as próprias perguntas são vistas como equivalentes. Será a motivação moral uma espécie de sanção? Consiste num certo medo de alguma espécie de castigo? Tal não se aplica certamente a todos os sistemas de ética normativa — como a ética kantiana onde a vontade dá leis a si mesma¹², que exclui do agir moral todo o comportamento que é motivado pelo medo de algum castigo, interior ou exterior. Uma acção feita para evitar a "dor" (*latu sensu*) de um castigo não teria, para Kant, qualquer valor moral.

Mas, ao contrário do que poderíamos pensar à primeira vista, também não parece que se aplique sequer ao princípio da utilidade. Para Mill, todos sistemas morais contêm sanções internas e externas. Exemplos de sanções externas seriam, por exemplo, a esperança de louvor e o medo de desagradar a outras criaturas ou a Deus. Também podemos ser motivados a agir por simpatia ou afeição em relação aos outros ou por admiração a Deus. Existem, pois, tanto motivações positivas como motivações negativas, mas a felicidade geral é, segundo este filósofo, o único critério do bem, que o próprio Deus aprovaria, e o critério da obediência ao princípio da utilidade.¹³

¹⁰ Ver Sandel, 2009, *Justice*, pp. 31-57.

¹¹ Mill, 1861, p. 38.

¹² Johnson and Cureton, 2004, p. 10

¹³ Mill, 1861, p. 228.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

O uso da palavra "sanção" soa estranho numa discussão sobre as razões que alguém pode ter para seguir um princípio moral. Seria mais apropriada talvez no contexto judicial ou penal, por exemplo, mas para Bentham, a palavra "sanção" significa simplesmente uma fonte de prazer ou de dor.

Teve igualmente grande influência sobre Mill o teórico legal John Austin (1790-1859) que afirmara que qualquer sanção estava sempre estritamente associada a uma fonte de dor. O sujeito apropriado da "dor" é, segundo Austin, aquele que não faz aquilo que é ordenado pela lei. Ligada de perto à noção de "sanção" está, pois, a noção de "obrigação". Ter a obrigação de fazer alguma coisa não significa senão que uma sanção será imposta no caso de a acção não ser praticada. É compreensível a razão pela qual Mill utiliza as expressões "sanção" e "fonte de obrigação" (com o sentido de Austin) de forma intermutável¹⁴.

Tal como Bentham e Austin, Mill utiliza, portanto, o termo "sanção" para se referir a uma fonte de prazer ou dor, mas, no capítulo terceiro da sua obra ética, intitulada *Utilitarismo*, parece está mais preocupado com o problema da motivação que os seus predecessores: porque, ou de que maneira, alguém pode sofrer por agir contra o princípio da utilidade?

Para concluir estas reflexões introdutórias, é importante mencionar que este texto não visa provar ou infirmar o princípio da utilidade. As dificuldades que resultam de usar a ideia de sanção como raiz do princípio utilitarista na sua própria demonstração foram já suficientemente expostas por outros estudiosos de Mill¹⁵. Aqui limitamo-nos a examinar o seu um relato sobre a origem a propagação do sentimento de dever associado ao princípio de utilidade.

As Sanções Externas

Podemos afirmar que as sanções externas são consistentes com o princípio da utilidade, ou seja, que nos levam sempre a agir de acordo com o mesmo? A nossa

¹⁴ Miller, 2006. "Mill's Theory of Sanctions". In: *The Blackwell Guide to Mill's Utilitarianism* p. 161. Aqui é apenas apresentado um sumário da sua explicação que é mais detalhada e profunda.

¹⁵ Cohen, 1990. "Proof and Sanction in Mill's Utilitarianism" *History of Philosophy Quarterly*, Vol. 7, No. 4 pp. 475-487.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

hipótese é que o desejo da "maior felicidade para o maior número" nos motiva a agir em conformidade em alguns casos, mas apenas de forma contingente. Por exemplo, quando agimos por esperança de louvor externo, o que nos motiva é o desejo de louvor. Mas este mesmo louvor pode ser obtido através de acções que violam, à primeira vista pelo menos, o princípio da utilidade. Seria o caso, para dar um exemplo um pouco simplista, de um político que mente ao seu eleitorado sobre a fraca situação económica do país e consegue ainda assim manter a sua reputação intacta como político (e recebe o almejado louvor), mas assim prejudica a população que não se prepara devidamente para tempos económicos difíceis.

Para Mill, o medo de desagradar a outros não é na verdade mais do que uma forma de "medo" do que os outros nos possam fazer. Mas tal motivação pode igualmente ser ocasionalmente inconsistente com o princípio da utilidade. Imaginemos alguém que pretende avisar uma cidade conhecida por ser muito intolerante de uma catástrofe iminente, mas que teme ser executado como herege pelos habitantes da cidade. Alguns seguiriam o aviso e fugiriam da cidade antes desta ser destruída, mas neste caso o medo de desagradar a outros motivaria a agir de forma oposta ao princípio da utilidade geral. Como conciliar o ponto de vista individual com o ponto de vista imparcial—o chamado ponto de vista do universo? O conceito que assegura a compatibilidade entre ambos os "motivos" ou razões de acção, no sistema de Mill, tal como em Adam Smith e nos empiristas escoceses, é a ideia de "simpatia".

Mill entende por "simpatia" o que hoje é normalmente chamado "empatia": uma disposição para sentir o que os outros sentem. Mill acredita que, quando "simpatizamos" com outrem, a sua felicidade torna-se uma fonte da nossa própria felicidade.¹⁶ A simpatia, todavia, pode ser de duas espécies, particular ou universal. No caso de simpatia particular — ou seja, simpatia que tem como objecto um grupo limitado de criaturas — podemos facilmente entender como tal sentimento pode levar o sujeito ético a agir contra o princípio da utilidade. Pense-se no exemplo clássico de uma mãe que escolhe salvar a sua própria filha ao invés de cinco outras crianças pelas quais não tem a mesma "simpatia". Ao contrário, a simpatia universal—ou seja, a simpatia por toda a humanidade—motivaria

¹⁶ Miller, 2006, pp. 162-163.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

o sujeito ético a agir sempre de modo conforme ao princípio de utilidade. É esta forma de simpatia pois que estabelece uma espécie de "ponte" entre a felicidade individual e a felicidade geral.

Pode então afirmar-se que, segundo Mill, a motivação moral em função da utilidade é um fenómeno real, que oferece provas na observação empírica dos sentimentos de simpatia universal nos indivíduos? A resposta dos intérpretes parece ser negativa por duas razões. Primeiro, é duvidoso que um indivíduo motivado por tal simpatia universal tenha alguma vez existido. Segundo, mesmo que, as suas acções nos levassem a pensar que existisse, nunca poderíamos ter a certeza de que o que o motiva a agir é de facto a simpatia universal, e não, por exemplo, o medo do castigo eterno após a morte, ou outra qualquer motivação externa.¹⁷ Todas as sanções relacionadas com Deus presumem a sua existência, e a veracidade dessa proposição fica fora do escopo da investigação empírica que Mill defende.

Poderíamos ainda assim levantar o problema platónico do *Eutífro*: será que a maior felicidade é boa porque Deus a aprova, ou Deus necessariamente aprova a felicidade porque esta é boa? E, no caso da última, poderíamos continuar a afirmar que Deus é onipotente, se não tem mais escolha senão aprovar o que é bom?

Um Sentimento Subjectivo de Dever

Para Mill, a sanção interna do dever é apenas uma; um sentimento na nossa mente; uma dor sentida aquando da violação do dever, ou mais tarde, sobre a forma de remorsos¹⁸; isto é a base da nossa consciência, que se mistura com sentimentos de simpatia, amor, medo, e convicções religiosas, para formar uma "barreira de sentimento" que é necessariamente trespassada quando qualquer acção viola os nossos padrões morais.¹⁹

¹⁷ Acima presume-se que o medo de desagradar era nada mais do que o medo das consequências de que poderíamos ser vítimas. Mas se Mill tomasse o desagrado (sofrimento) de outros, só por si, como sanção suficiente do princípio da utilidade, então o presente argumento aplica-se de igual maneira.

¹⁸ A palavra sanção (*sanction*) faz mais sentido neste contexto, que coincide com a ideia comum da nossa consciência moral como sendo algo que nos castiga quando realizamos acções imorais.

¹⁹ Mill, 1861, p. 229.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

A origem deste sentimento subjectivo é indiferente enquanto motivo da acção. Uma pessoa pode ser motivada a obedecer a critérios morais porque estes têm uma origem divina ou transcendental, mas o motivo próximo para agir é o sentimento subjectivo de dever.²⁰ Será tal sentimento de dever moral inato nos indivíduos, ou adquirido? Mill defende que é adquirido, mas nem por isso menos natural. Da mesma maneira que a linguagem é adquirida, também o sentimento de dever moral é inculcado no sujeito pela sociedade e educação.²¹ Mill ainda assim admite que este sentimento pode surgir espontaneamente em cada um, em "pequena escala".

Será a relação entre o sentimento de dever e o princípio da utilidade completamente arbitrária? Se o sentimento de dever moral é adquirido, parece que qualquer outro princípio, que não o da utilidade, poderia ser igualmente inculcado (pela educação, pelos costumes, etc.). Mill nega-o, afirmando que associações morais ditas "completamente artificiais" seriam, numa cultura intelectual²², dissolvidas pelas forças de análise. O sentimento de dever associado ao princípio da utilidade não é dissolvido porque está em harmonia necessária com a nossa "base de sentimento natural" que nos motiva a cultivá-lo nos outros e valorizá-lo em nós próprios. Esta base de sentimento natural, a fundação que harmoniza com o dever em relação ao princípio de utilidade, é o sentimento social do ser humano, o desejo de estar em unidade com os outros²³.

Mas o que é exactamente este desejo de unidade? John Rawls, nas suas lições sobre a História da Filosofia Política descreve o conteúdo desse desejo assim:

[é] o desejo de que não sejamos rivais dos outros nos meios para a felicidade. É também o desejo de que deve haver harmonia entre os nossos sentimentos e metas e os sentimentos e metas dos outros, de tal modo que os objectivos da

²⁰ Mill, 1861, p. 228-229.

²¹ Mill, 1861, p. 230.

²² Um exemplo de uma tal cultura intelectual seria uma sociedade onde a liberdade de pensamento e discussão é assegurada, tal como conceptualizado em *On Liberty* (Mill, 1859).

²³ Mill, 1861, p.231.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

nossa conduta e da deles não estejam em conflito, mas sejam complementares.²⁴

Mill além disso acreditava que este desejo que floresce da nossa natureza é cada vez mais característico da idade presente.²⁵ E tenta explicar como o desejo de estar em unidade com os outros se propaga pela humanidade²⁶. Pode formular-se o processo de propagação que descreve da seguinte maneira:

1.O estado social é tão natural ao ser humano que ele apenas se concebe como membro de um corpo social maior.

2.Por isso, qualquer condição que seja essencial a um certo estágio de sociedade é vista como algo essencial que deve ser alcançado pelos seres humanos.

3.Uma sociedade entre seres humanos (excluindo as relações entre mestre e escravo) é manifestamente impossível sem que os interesses de todos sejam consultados.

4.Uma sociedade entre iguais só pode existir com a compreensão de que os interesses de todos devem ter igual valor e, como em qualquer sociedade, todas as pessoas (excluindo um monarca absoluto) são iguais, toda a gente vive nestes termos com outros.

5.Desta maneira, as pessoas crescem na impossibilidade de desprezar por completo os interesses dos outros.

6.O ser humano está também familiarizado com a prática de cooperar e alcançar objectivos coletivos.

7. No acto de cooperar, o indivíduo sente que os interesses dos outros são também os seus interesses. Assim se desenvolve o instinto de os satisfazer como se fossem seus.

²⁴ Rawls, 2007, p. 282.

²⁵ Rawls, 2007, p. 282

²⁶ Mill, 1861, p. 232.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

Mill faz questão de dizer que o sujeito moral, mesmo que não possuísse ele próprio este desejo de unidade, teria interesse em que os outros o possuíssem. Desta forma, a mais pequena quantidade do sentimento vai ser nutrido pelo contágio da "simpatia" e outras sanções externas²⁷, bem como pela educação, de modo a propagar-se como um germe²⁸.

A explicação de Mill para a origem e propagação do sentimento de unidade parece, apesar da aparência de rigor, algo ambígua se pretende apresentar-se como universal e necessária. Não é claro que um indivíduo tenha necessariamente de se conceber como um membro de uma construção social maior—os indivíduos sentem-se por vezes alienados dos sistemas sociais aos quais pertencem e ou são supostos pertencer. O segundo ponto do seu raciocínio é plausível se for visto como um mero fenómeno psicológico, mas a inferência que indica no ponto terceiro parece mais que duvidosa, pois mesmo que se considerem instáveis, sempre existiram e continuam a existir sociedades despóticas. Noutros passos da sua inferência, Mill argumenta que um desejo de unidade particular—como, por exemplo, o desejo de que os interesses dos outros sejam realizados, pois são também em certo sentido idênticos aos meus—dará origem a desejos de unidade generalizados (isto é, ao desejo de ajudar a alcançar os interesses dos outros em geral). Não é claro como este processo se dá, mas na sua raiz parece estar o desenvolvimento da consciência utilitária.

O Desenvolvimento da Consciência Utilitária

Para perceber o processo pelo qual se gera a "consciência" utilitária, é necessário recordar o funcionamento básico da psicologia associacionista que Mill herdou do pai, James Mill. Segundo o filósofo Jonathan Riley, pode descrever-se a psicologia associacionista como um ramo da psicologia que estuda as leis científicas que governam associações de pensamentos, ideias, e outros estados mentais²⁹.

De acordo com esta teoria psicológica, a educação e as sanções externas podem ser utilizadas para criar associações de ideias e sentimentos na mente do indivíduo. Por

²⁷ O estatuto da simpatia como sanção externa foi acima questionado.

²⁸ Mill, 1861, p. 232.

²⁹ Riley, 2017, p. 345.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

exemplo, se uma criança roubar algo e for prontamente admoestada ou castigada, acabará por ser incapaz de pensar em roubar sem pensar também no respectivo castigo. Simultaneamente, acabará por ser incapaz de pensar no castigo de um ladrão sem pensar também no sofrimento das suas vítimas. Através do condicionamento social, a mesma criança pode ser, pois, influenciada de tal modo que perceba que o mal feito ao ladrão é merecido, enquanto que o mal sofrido pelas vítimas não o é.

Mill defende que através deste processo se forma um composto moral complexo, em que a ideia de roubar fica associada a um castigo que deve ser administrado. O que começou como um desejo egoísta de evitar o castigo transforma-se paulatinamente num desejo desinteressado de ver castigados aqueles que roubam³⁰ Naturalmente, neste processo, acção e castigo teriam de ocorrer simultaneamente várias vezes. Esta é a explicação de Mill sobre o modo como um desejo moral desinteressado pode surgir de um desejo, inicialmente egoísta, de evitar o próprio castigo. Quando o indivíduo é condicionado de modo a reconhecer que o sofrimento do malfeitor é merecido, e o das vítimas não o é, a sua faculdade moral é alterada. É assim que se forma a consciência moral.³¹

O argumento de Mill pode ser formulado da seguinte maneira:

P1: O desejo de viver em unidade com outras criaturas é uma parte fundamental da natureza humana.

P2: Associações morais que não estejam em harmonia com o fundamental da natureza humana são artificiais.

³⁰ Mill, 1861, p. 346. O exemplo aqui apresentado é paralelo ao oferecido por Riley.

³¹ Mill acrescenta: "But moral associations which are wholly of artificial creation, when intellectual culture goes on, yield by degrees to the dissolving force of analysis: and if the feeling of duty, when associated with utility, would appear equally arbitrary; if there were no leading department of our nature, no powerful class of sentiments, with which that association would harmonize, which would make us feel it congenial, and incline us not only to foster it in others (for which we have abundant interested motives), but also to cherish it in ourselves; if there were not, in short, a natural basis of sentiment for utilitarian morality, it might well happen that this association also, even after it had been implanted by education, might be analyzed away. But there is this basis of powerful natural sentiment; and this it is which, when once the general happiness is recognized as the ethical standard, will constitute the strength of the utilitarian morality. This firm foundation is that of the social feelings of mankind; the desire to be in unity with our fellow creatures (...)". Mill, 1861, p. 230-231.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

P3: Associações morais artificiais podem ser dissolvidas através de análise.

P4: As associações morais que são a base da consciência utilitária harmonizam o desejo de unidade presente no ser humano (que é uma parte da sua natureza).

C: Logo, estas associações não são artificiais e não podem ser dissolvidas através de análise.

O pressuposto crucial da inferência é P4. Para o melhor perceber é útil rever o exemplo da criança que é condicionada a desejar não roubar. Existem quatro associações presentes neste processo. Elas são: 1. Roubo-Castigo; 2. Castigo-Sofrimento da Vítima; 3. Castigo-Merecimento; 4. Sofrimento da Vítima-Não Merecimento.

Estas quatro associações resultam na formação da consciência na criança que começa a ver o acto de roubar como errado. A sua consciência, assim formada, dá origem ao desejo de não roubar, bem como o desejo de que seja aplicado um castigo àqueles que roubam. Para Mill, portanto, a associação psicológica em moldes utilitaristas resulta num sentimento de dever ligado ao princípio da utilidade que defende³². Tal associação não é artificial (e não é destruída pela análise) porque está em harmonia com o desejo de unidade presente na natureza humana.

A Relação entre Princípio Moral e Motivação

A maneira como Mill justifica a motivação do princípio moral é extremamente inovadora. Por contraste, vemos que na ética kantiana o sujeito, enquanto sujeito moral, é motivado a agir por respeito à lei moral³³. O processo é directo: a lei moral dá origem ao respeito (por parte do indivíduo), que por sua vez influencia a conduta. Mill aparentemente acredita, em certo sentido, numa ligação directa desta espécie entre os princípios e a conduta moral, pois parece-lhe necessária a mediação da consciência. No início do capítulo que dedica à questão no seu *Utilitarismo*, admite que regras morais que

³² Isto posto de forma simples. A associação entre o sentimento de dever e o princípio da utilidade pode pressupor um grande número de associações prévias, como foi visto no exemplo de alguém que aprende a não roubar.

³³ Kant, 1785, 4: p. 400.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

são adquiridas através da opinião e da educação—por exemplo, não matar, não roubar, entre outras—se apresentam ao indivíduo como obrigatórias *em si*.

Mas o princípio da utilidade, que é o fundamento das outras regras, não é sentido como obrigatório *em si*. Admite por isso, paradoxalmente, que a "superestrutura" moral funciona melhor quando o seu fundamento não é reconhecido como tal³⁴.

Existe uma relação somente indirecta entre o princípio da utilidade e a motivação para o seguir. No ponto de partida está a presunção de que uma sociedade tem de assumir um princípio, qualquer que seja, como a sua base moral. De seguida, ergue-se uma superestrutura moral, que engloba os vários corolários do primeiro princípio, que através da educação e do costume ganham progressivamente influência sobre a conduta dos indivíduos. Mas qual é o critério a aplicar na escolha do princípio moral na base de tal superestrutura? Parece que deve ser somente a estabilidade da superestrutura resultante. O princípio da utilidade é por isso o "candidato perfeito", por assim dizer, pois fomenta a cooperação e a união na sociedade em questão. Para além disso, todos os indivíduos, do mais benevolente ao mais egoísta, irão "contagiar" os seus próximos com o mesmo desejo de unidade: no caso dos benevolentes por simpatia, no caso dos egoístas pelo apelo ao benefício pessoal. O sentimento de dever utilitário está imune à dissolução enquanto o desejo de unidade se continuar a propagar.

Um candidato inadequado a fundamento moral seria, por exemplo, o que Bentham chama de "princípio do asceticismo"³⁵, que classifica uma acção como moral na medida em que ela promove a infelicidade. Através do esforço educativo não seria impossível erguer uma superestrutura moral baseada em tal fundamento. Mas não existiria nenhum desejo fundamental da natureza humana ao qual o sentimento de dever associado ao princípio do Asceticismo se pode harmonizar. E mesmo que existisse, tal desejo não seria tão forte como o desejo de unidade social que tem a característica de ser contagioso. O esforço educativo deveria ser constante e depararia com a resistência dos indivíduos, levando assim à instabilidade e eventual colapso de toda a estrutura moral.

³⁴ Mill, 1861, *Essays on Ethics, Religion and Society*, p. 227.

³⁵ Bentham, 1824, p.9.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

A ideia de "contágio moral" é extremamente curiosa. Mesmo tendo em conta que, no caso de Stuart Mill, aparece ligada a uma psicologia humana muito específica, um pouco crua, esta concepção parece potencialmente fecunda, porque sugere qual o papel da "educação moral" e porque depende em última análise de uma certa harmonia com o que é ser humano. Mesmo no contexto da doutrina ética mais popular entre os economistas e que mais influência tem nas políticas públicas, reconhecer a "possibilidade do altruísmo",³⁶ sem por isso ser forçoso aceitar o pressuposto milliano de que as motivações individuais estão sempre alinhadas com o princípio da utilidade geral por este duvidoso "desejo de unidade".

O problema da motivação moral, como se disse no início, é inerente a todas as doutrinas éticas, pois sem uma resposta, mesmo provisória, à questão a defesa de princípios morais reduz-se a um exercício intelectual ou à mera retórica política. É importante continuar a reflectir sobre o problema, porque vemos por um lado diariamente como a "felicidade do maior número" é tantas vezes invocada, e por outro lado, como o princípio da utilidade se revela tantas vezes insuficiente como explicação. Mais, as expectativas de uma sociedade que encoraja o puro interesse próprio dos agentes, mesmo aqueles que são supostos defender o bem comum, acaba por desencorajar o altruísmo e a simpatia. Paraphrasing a recent work (which cites David Hume): se tratarmos todos como cidadãos nobres em vez em vez de sujeitos servis, pode descobrir-se que os cidadãos não são peões, mas rainhas.³⁷

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTHAM, J., 1823, *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* (A New Edition, corrected by the Author), Oxford: Clarendon Press.

COHEN, S., 1990, "Proof and Sanction in Mill's Utilitarianism", *History of Philosophy Quarterly*, Vol. 7, No. 4, pp. 475-487.

³⁶ Ver Nagel, 1979 e o comentário de Scanlon, 2014.

³⁷ Le Grand, 2006. Na mesma linha Sandel, 2012.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

COLEN, J. A., 2020, "Platão" in: Rosas, J. (ed.), *Manual de História de Filosofia Política*, Lisboa, Editorial Presença.

GUTMAN, A., 1982, "What's the use of going to school?" In: Sen, A., Williams, B. (eds.), 1982, *Utilitarianism and Beyond*, pp. 261-277, Cambridge: Cambridge University Press.

JOHNSON, R., Cureton, A., 2004, "Kant's Moral Philosophy," <https://plato.stanford.edu/entries/kant-moral/>, Consultado em 28 de dezembro 2019.

KANT, I., 1785, *Groundwork of the Metaphysics of Morals* (M. Gregor, 1998, Trad.). Cambridge: Cambridge University Press.

LE GRAND, J., 2006, *Motivation, Agency, and Public Policy*, Oxford: Oxford University Press.

MACINTYRE, A., 1981, *After Virtue*, Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.

MILL, J. S., 1859, *On Liberty and other writings* (S. Collini, 1989, Ed.) Cambridge: Cambridge University Press.

-----, 1861, "Essays on Ethics, Religion and Society". In: *Collected Works of John Stuart Mill*, Toronto: University of Toronto Press.

-----, 1863, *Utilitarianism*. London: Parker, Son, and Bourn, West Strand.

MILLER, D., 2005, "Mill's Theory of Sanctions". In: *The Blackwell Guide to Mill's Utilitarianism* p. 159-173, Oxford: Wiley-Blackwell.

NAGEL, T., 1986, *The View from Nowhere*, Oxford: Oxford University Press.

-----, 1979, *The Possibility of Altruism*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

RAWLS, J., 2007, "Lectures on Mill". In: *Lectures on The History of Political Philosophy*, p. 251-316, Cambridge: Harvard University Press.

RILEY, J., 2017, "Mill on Utilitarian Sanctions" in: *A Companion to Mill*, pp. 342-357, Oxford: John Wiley & Sons, Inc.

SANDEL, M., 2009, *Justice*, London: Penguin Books.

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

-----, M. 2012, *What Money Can't Buy*, New York: Farrar, Straus and Giroux.

SEN, A., Williams, B. (eds.), 1982, *Utilitarianism and Beyond*, Cambridge: Cambridge University Press.

SCANLON, T.M., 2014, *Being Realistic About Reasons*, Oxford: Oxford University Press.

SIDGWICK, H., 1874, *The Methods of Ethics*. London: MacMillan and Co.

SINGER, P., Lazari-Radek, K., 2017, *Utilitarianism: A Very Short Introduction*, Oxford: Oxford University Press.

ZUCKERT, C., 2009, *Plato's Philosophers*, Chicago: University of Chicago Press.

NOTA BIOGRÁFICA DO AUTOR

João da Rocha Rodrigues é investigador do projecto "Cultura Cívica, diversidade religiosa e vulnerabilidade: Uma história dos modernos paradoxos da tolerância", na Universidade do Minho, dirigido por J. A. Colen e Alexandra Abranches. Escreveu anteriormente sobre o pensamento de Anselmo de Cantuária, em particular a sua noção de liberdade e as tensões que esta origina. No seu trabalho, sob o título "A Liberdade dos Incapazes: O Livre Arbítrio e o Pecado em Anselmo", examina os paradoxos que a sua concepção de liberdade provoca. Em particular, uma vez que Deus, apesar da sua onipotência, não pode pecar sendo livre, pois não pode deixar de preservar a rectidão da sua vontade, que é necessariamente recta, como podemos entender a liberdade humana. Além deste *paper* é ainda autor de um ensaio aceite como comunicação na conferência internacional "Open Borders, Closed Borders" e autor, com o Prof. Doutor José Colen, de uma nota crítica da obra de Carlos Gaspar, *O Regresso da Anarquia*.

RESUMO

Um dos problemas éticos que continua a atormentar os filósofos é o que nos leva a agir com nobreza, generosidade ou compaixão—por oposição a cálculo, mesquinhez ou crueldade. Em estreita relação com esta questão está "o que conta como uma razão para agir?" e o papel da educação no comportamento altruísta que parece excluído pelo princípio da utilidade. O princípio da utilidade, apesar disso, tem ainda grande popularidade na definição de políticas públicas. Os proponentes do utilitarismo procuram explicar de que maneira o princípio da utilidade motiva a conduta humana. John Stuart Mill, na sua obra seminal, defende que os indivíduos são incentivados a agir moralmente através de "sanções", que podem ser externas ou internas. As sanções externas apresentadas por Mill incluem a simpatia e o medo de desagradar ao próximo. Este ensaio defende que todas nos podem levar a agir contrariamente ao princípio da utilidade que Mill defende—sendo, portanto, motivações contingentes. A "sanção" da consciência ou sanção interna é, pelo contrário, um sentimento subjectivo de dever que, mesmo no quadro utilitário de Mill, se inculca no sujeito através da educação. A educação moral consiste, para este filósofo, essencialmente na formação progressiva de uma associação entre a dor (*latu sensu*) e o incumprimento do dever. Esta associação não pode ser dissolvida pela análise crítica, pois enraíza-se num desejo de unidade fundamental presente na natureza humana. Mill considera que este desejo de unidade é característico da "idade moderna" em que ele próprio vive e que tal desejo se

Unidade e Propagação da Motivação segundo John Stuart Mill: Uma Dimensão Esquecida do Utilitarismo, João da Rocha Rodrigues

propaga por "contágio". Neste texto procura-se mostrar que a explicação que Mill apresenta desse processo de propagação não é satisfatória e que se pode mesmo afirmar que o autor presume uma psicologia humana demasiado optimista. Mesmo assim, a concepção de um "desejo contagioso", que fundamenta a motivação moral, é uma proposta original e potencialmente fecunda, representando uma grande inovação por parte de Mill—uma inovação que tem sido geralmente esquecida na literatura académica sobre o problema. Identificamos algumas das consequências deste olvido na conclusão.

Palavras-chave: Stuart Mill, motivação, sanção, utilitarismo, unidade de vida

ABSTRACT

One of the ethical problems that continues to puzzle philosophers today is why should we act with nobility, generosity or compassion—as opposed to calculation, pettiness or cruelty. In close connection with this question is the further question "what counts as a reason to act?" and concerns about the role of education into the kind of altruistic behavior that seems excluded by the principle of utility often used by policymakers. Proponents of utilitarianism seek to explain how the principle of utility motivates human conduct. John Stuart Mill, in his seminal work, argues that individuals are motivated to act morally through "sanctions", which can be external or internal. Mill's external sanctions include sympathy and the fear of displeasing others. This paper argues that all of them can lead us to act contrary to the principle of utility that he defends — being, therefore, merely contingent motivations. The "sanction" of conscience is, on the contrary, a subjective feeling of duty, even though in the utilitarian framework Mill argues that this internal sanction is inculcated in the subject through education. Moral education essentially consists of the progressive formation of an association between pain (*latu sensu*) and non-compliance with duty. This association cannot be dissolved by critical analysis, because it is rooted in a desire for fundamental unity present in the human nature. Mill believes that this desire for unity is characteristic of the "modern age" in which he lives and that this desire spreads by "contagion". This text seeks to show that Mill's explanation of this propagation process is not satisfactory and that it can even be said that the author assumes a very optimistic human psychology. Even so, the conception of a "contagious desire" that underlies moral motivation is creative and potentially fruitful, representing a great innovation on the part of Mill; an innovation that has been largely overlooked in academic literature on the problem. We will make an attempt at briefly pointing out some of the consequences of such an abandonment.

Keywords: Stuart Mill, motivation, sanction, utilitarianism, sympathy, conscience